

Termo de Referência 69/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
69/2024	320004-MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/DF	TAYNA LIMA MARTINS	05/09/2024 14:59 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		48340.001554 /2024-85

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 48340.001554/2024-85)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de prestação dos serviços de manutenção da programação/sinalização visual dos ambientes/loais internos do edifício, que abriga o Ministério de Minas e Energia , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição/Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automativa das régua <span></span> s removíveis. (Conforme existente). Medida das Placas: 2,5x38 cm	22519	Unid.	70	R\$ 117,50	R\$ 8.225,00
	Substituição de texto/legenda em					

2	vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automativa das réguas removíveis. (Conforme existente). Medida das placas: 15x15 cm	22519	Unid.	5	R\$ 107,50	R\$ 537,50
3	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automativa das réguas removíveis do quadro geral do térreo. (Conforme existente). Medida das placas: 2,5x92 cm	22519	Unid.	40	R\$ 109,00	R\$ 4.360,00
4	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automativa das réguas removíveis dos quadros indicadores de andar. (Conforme existente). Medida das placas: 5x46 cm	22519	Unid.	70	R\$ 96,50	R\$ 6.755,00
5	Fornecimento de Placas em perfil de alumínio extrudado com régua removível, com pintura automotiva e acabamento lateral arredondado em alumínio na cor preta. (Conforme existente). Medida da placa: 20x60 cm	22519	Unid.	5	R\$ 1.150,00	R\$ 5.750,00
6	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automativa das réguas removíveis. (Conforme existente). Medida da placa: 20x60 cm	22519	Unid.	3	R\$ 589,00	R\$ 2.945,00
7	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automativa das réguas removíveis. (Conforme existente). Medida das placas: 10x58 cm	22519	Unid.	3	R\$ 527,50	R\$ 1.582,50

8	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automativa das réguas removíveis. (Conforme existente). Medida das placas: 5x50 cm.	22519	Unid.	3	R\$ 136,50	R\$ 409,50
9	Confecção de Placa de Porta em acrílico 3mm de espessura, com personalização e fita dupla face para fixação. (cores, textos e/ou artes a definir.) Medida das placas: 5x15cm	22519	Unid.	20	R\$ 138,33	R\$ 2.766,67
10	Fornecimento de Urna piramidal para Sugestão em acrílico branco com 3mm de espessura, com adesivo personalizado (textos e/ou artes a definir) Medida: 20x20x20cm ou similar	22519	Unid.	5	R\$ 217,50	R\$ 1.087,50
11	Confecção de adesivos personalizados em vinil adesivo (cores, tamanhos, textos e /ou artes a definir.)	22519	M²	40	R\$ 102,83	R\$ 4.113,33
12	Confecção de banner, com impressão digital, em lona de PVC Fosca, 340g/m² 300/500, com acabamento nas pontas em bastão de madeira com terminal em PVC (CAP) e cordão de nylon. (cores textos e/ou artes a definir.) Tamanho: 0,80x1,20m	22519	Unid.	40	R\$ 91,67	R\$ 3.666,67
13	Confecção de cartaz, com impressão digital, em lona de PVC Fosca, 340g /m² 300/500. (cores, tamanhos, textos e/ou artes a definir - EX: A0, A1,A2,A3, A4	22519	M²	40	R\$ 92,50	R\$ 3.700,00
14	Confecção de cartaz, com impressão digital, em Papel Couché Brilho 150g /m² . (cores, textos e/ou artes a definir) Tamanho A1	22519	Unid.	60	R\$ 55,00	R\$ 3.300,00
15	Substituição de texto e/ou arte em película refletiva Grau Tipo I Prismática ABNT - NBR 14644:2013 e Película Overlay de proteção em Placa de Sinalização Externa em chapa Galvanizada (cores, textos e /ou artes a definir.) Medida da Placa: 100x 80cm	22519	Unid.	2	R\$ 327,49	R\$ 654,98
	Substituição de texto e/ou arte em película refletiva Grau Tipo I Prismática ABNT - NBR 14644:2013					

16	e Película Overlay de proteção em Placa de Sinalização Externa em chapa Galvanizada (cores, textos e /ou artes a definir.) Medida: 70x50cm	22519	Unid.	2	R\$ 499,67	R\$ 999,33
17	Substituição de texto e/ou arte em película refletiva Grau Tipo I Prismática ABNT - NBR 14644:2013 e Película Overlay de proteção em Placa de Sinalização Externa em chapa Galvanizada (cores, textos e /ou artes a definir.)Medida: 80x60cm	22519	Unid.	2	R\$ 511,67	1.023,33
18	Substituição de texto e/ou arte em película refletiva Grau Tipo I Prismática ABNT - NBR 14644:2013 e Película Overlay de proteção em Placa de Sinalização Externa em chapa Galvanizada (cores, textos e /ou artes a definir.) Medida: 50x50cm	22519	Unid.	2	R\$ 162,96	R\$ 325,93
19	Fornecimento de Placa de Sinalização Externa em chapa Galvanizada com poste, abraçadeira de suporte, impressão de texto e/ou arte em película refletiva Grau Engenharia Tipo I Prismática ABNT - NBR 14644:2013 e Película Overlay de proteção; (cores, textos e/ou artes a definir.) Medida: 100x 80cm	22519	Unid.	2	R\$ 1.600,00	R\$ 3.200,00
<b>Valor Total</b>					<b>R\$ 55.402,24</b>	

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.2. A necessidade da contratação desses serviços encontram-se descritas no Item 2 do Estudo Técnico Preliminar, anexo neste Termo de Referência.

### 3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Essa aquisição atenderá a remanejamentos e justifica-se, do mesmo modo, devido às constantes mudanças de leiautes que ocorrem para novas adequações de espaços de trabalhos das Secretarias e demais Unidades deste Ministério, sendo necessária, portanto, a atualização constante das identificações de portas através das substituições de legendas e alterações das numerações de salas. Conforme orientado no ETP.

### 4. Requisitos da contratação

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Art. 9º. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição ambientalmente adequada dos rejeitos

I. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNTNBR – 15448-1 e 15448-2;

II. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e IV. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

#### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### Vistoria

4.4 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

4.5 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1 A CONTRATADA deverá realizar uma vistoria prévia e avaliar os andares onde os serviços serão executados.

4.6.2 No momento da vistoria, a empresa deverá apresentar a Declaração de Vistoria para que o Ministério possa confirmar a inspeção das instalações do prédio. A Declaração está anexada a este Termo de Referência (TR).

4.7 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso da Contratação, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

4.8 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

##### **5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Os bens e serviços deverão ser entregues/prestados no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, CEP: 70.065-90.

5.1.3 o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2032-5942 /5703;

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **Do recebimento**

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7.6. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.7. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.8. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.9. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.10.. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Cessão de crédito**

7.23. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

## **8. Forma e critérios de seleção e regime**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133

/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei n.º 14.133/2021, conforme o caso concreto), que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR GLOBAL.

### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato ser sob demanda.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

## Habilitação jurídica

**8.14. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.15. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.16. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.18. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.19. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.21. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

8.41. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.42. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.42.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.43. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.43.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.43.1.1. Apresentar qualificação técnica/atestado técnico compatível com fornecimento e quantitativo, descritos no Termo de Referência.

8.43.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.43.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.43.4. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 9. Estimativas do valor da contratação

**Valor (R\$):** 55.402,24

9.1 O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 55.402,24 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos e dois reais e vinte e quatro centavos)**, conforme tabela discriminada no Item 1 deste Termo de Referência.

## 10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 485, DE 27 DE agosto DE 2024

**ANTONIELA BRAGGIO STAMM**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/09/2024 às 14:59:48.

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 485, DE 27 DE agosto DE 2024

**FERNANDO ZOBY DA VEIGA PESSOA**

Equipe de apoio

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 485, DE 27 DE agosto DE 2024

**JOELMA MENDES DE MELLO**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - PLANILHA COMPARATIVA SINALIZACAO VISUAL.pdf (444.48 KB)
- Anexo II - ANEXO II - TERMO DE VISTORIA.pdf (461.43 KB)
- Anexo III - ANEXO III - ETP 52-2024.pdf (106.99 KB)

**Anexo I - ANEXO I - PLANILHA COMPARATIVA  
SINALIZACAO VISUAL.pdf**



**Anexo II - ANEXO II -TERMO DE VISTORIA.pdf**

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO  
GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

A Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME, por intermédio do servidor abaixo identificado, declara que a empresa a seguir:

Nome			
CNPJ			
Endereço			
Telefones/fax	Fixo	Celular	Fax
E-mail			
Contatos			
Responsável Técnico			CREA/CRA
Assinatura			

Procedeu vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, com vista a participar do processo licitatório para “Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de secretariado, nas categorias de secretária executiva e técnico em secretariado, na forma de postos de trabalhos, no âmbito do edifício sede do Ministério de Minas e Energia, situado no Bloco “U”, da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF.

.....  
Coordenação de Atividades  
Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME

**Anexo III - ANEXO III - ETP 52-2024.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 52/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.001554/2024-85

## 2. Descrição da necessidade

A manutenção da sinalização visual dos ambientes/locais internos e externos do edifício, que abriga o Ministério de Minas e Energia, justifica-se devido às constantes mudanças de leiautes que ocorrem para novas adequações de espaços de trabalhos das Secretarias e demais Unidades deste Ministério, sendo necessária, portanto, a atualização constante das identificações de portas através das substituições de legendas e alterações das numerações de salas para facilitar e promover agilidade na circulação de pessoas que convivem e que não convivem neste edifício sede, desde a sua recepção até o seu destino.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	ANDREA CRISTINA ANDRADE SANTOS CARVALHO

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, sob demanda, nos endereços especificados no instrumento convocatório;

A contratada para a execução dos serviços deverá ser especializada e com capacidade técnica comprovada;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços e bens para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços e bens sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Instrução Normativa nº 67, de 8 de julho de 2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Os critérios e práticas de sustentabilidade devem seguir a Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI /MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;

## **5. Levantamento de Mercado**

Para este processo foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar valores compatíveis com o mercado, conforme consta na planilha comparativa, que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.

A contratação de empresas privadas feitas anteriormente pela Administração do Ministério de Minas e Energia, para a prestação dos serviços de manutenção da programação/sinalização visual dos ambientes/locais internos do edifício, demonstra a capacidade do mercado para atender satisfatoriamente e sem nenhuma dificuldade a necessidade do Órgão, ora posta.

Logo, a aquisição dos serviços presente neste Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento. Em função das características gerais e específicas de mercado e que atendem a métodos e técnicas pré estabelecidas, padrões de qualidade e especificações usuais de mercado e comumente conhecidas, onde atua diversos setores, que atendem as especificações do objeto compreendendo serviços de substituição de textos vinílicos e pinturas das régua de sinalização de portas, serviços de confecção de adesivos em vinil, serviços de substituição de Placa de Sinalização externa em chapa Galvanizada, serviços de confecção de cartaz, com impressão digital, serviços de confecção de banner e ou faixa, com impressão digital, em lona de PVC, com acabamento nas pontas em bastão de madeira com terminal em PVC (CAP) e cordão de nylon, entre outros com todos os elementos necessários para a realização do trabalho, até a sua instalação nos locais indicados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, não sendo identificada, portanto, nenhuma outra solução mais apropriada a Administração, que não seja a contratação de empresa especializada em comunicação visual e sinalização para a realização dos serviços.

Por serem serviços comuns existem fornecedores no mercado, que podem realizar o trabalho, caracterizando, portanto, a existência de competitividade.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A sinalização visual da edificação está basicamente constituída por sistema de placas de base em perfil de alumínio extrudado, com régua removíveis em alumínio (frente e verso), com

pintura automotiva na cor cinza/prata, com acabamentos laterais arredondados em alumínio na cor preta, com sistema de travamento por pressão. Os textos e os números de identificação das placas, de diversos tamanhos, são confeccionados em vinil adesivo padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV na cor e tamanho conforme demanda.

A sinalização visual das áreas destinadas a banheiros, copas, quadros de instalação elétrica e hidráulica, caixas de hidrante, elevadores entre outros estão identificadas por placas e Pictogramas confeccionados em vinil adesivo padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV na cor e tamanho conforme demanda e das portas de vidro temperado da edificação é constituída de adesivos em vinil na cor prata com textos também em vinil, recortados em cores, tamanhos, textos e/ou artes a serem definidas no momento da demanda.

O prazo para a execução e entrega dos serviços listados na ordem de serviço será iniciado após a confirmação de seu recebimento por meio eletrônico, e será de até 10 (dez) dias úteis a contar do dia subsequente da referida confirmação

O prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, poderá ser dilatado por mais 05 (cinco) dias úteis, conforme justificativa apresentada pela contratada, que poderá ou não ser acatado pelo contratante.

Para a execução dos serviços de substituição de textos vinílicos e pinturas das réguas de sinalização de portas, de quadros indicativos de andar e do quadro geral do térreo a contratada deverá comparecer ao órgão para a retirada das respectivas réguas para a execução dos serviços e comparecer, da mesma forma, para instalação e entrega dentro do prazo acima estipulado.

A execução dos serviços se darão por demanda, mediante solicitações do Contratante, por meio de Ordens de Serviços, a serem demandadas pelo Fiscal do Contrato, sendo que os quantitativos estimados poderão ser ou não totalmente solicitados no período da vigência contratual, que será de 1 (um) ano;

Para o eventual serviço de confecção e fornecimento de banner, faixa ou cartaz a contratante fornecerá a contratada, por e-mail, a arte a ser impressa, e os mesmos deverão ser entregues e instalados no prazo estipulado.

Para os serviços de substituição de placa de sinalização externa em chapa galvanizada sem poste, a contratada deverá se responsabilizar pela retirada e pela instalação das novas quando solicitadas.

Os quantitativos apresentados neste Estudo são aproximados, com base em demandas anteriores, com projeções de utilização no transcorrer do ano, podendo ser totalmente executados ou não, dentro dos limites definidos pela Legislação em vigor.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quant.
1	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automotiva das réguas removíveis. (Conforme existente). Medida das Placas: 2,5x38 cm	Unid.	70
	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com		

2	pintura automotiva das régua removíveis. (Conforme existente). Medida das placas: 15x15 cm	Unid.	5
3	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automotiva das régua removíveis do quadro geral do térreo. (Conforme existente). Medida das placas: 2,5x92 cm	Unid.	40
4	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automotiva das régua removíveis dos quadros indicadores de andar. (Conforme existente). Medida das placas: 5x46 cm	Unid.	70
5	Fornecimento de Placas em perfil de alumínio extrudado com régua removível, com pintura automotiva e acabamento lateral arredondado em alumínio na cor preta. (Conforme existente). Medida da placa: 20x60 cm	Unid.	5
6	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automotiva das régua removíveis. (Conforme existente). Medida da placa: 20x60 cm	Unid.	3
7	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automotiva das régua removíveis. (Conforme existente). Medida das placas: 10x58 cm	Unid.	3
8	Substituição de texto/legenda em vinil adesivo (padrão igual e/ou similar a Oracal, com recorte eletrônico de texto em fontes de corpo a partir de 12" e/ou impressão DTF-UV), com pintura automotiva das régua removíveis. (Conforme existente). Medida das placas: 5x50 cm	Unid.	3
9	Confecção de Placa de Porta em acrílico 3mm de espessura, com personalização e fita dupla face para fixação. (cores, textos e/ou artes a definir.) Medida das placas: 5x15cm	Unid.	20
10	Fornecimento de urna piramidal para Sugestão em acrílico branco com 3mm de espessura, com adesivo personalizado (textos e/ou artes a definir) Medida: 20x20x20cm ou similar	Unid.	5
11	Confecção de adesivos personalizados em vinil adesivo (cores, tamanhos, textos e/ou artes a definir.)	M²	40
12	Confecção de banner, com impressão digital, em lona de PVC Fosca, 340g/m² 300 /500, com acabamento nas pontas em bastão de madeira com terminal em PVC (CAP) e cordão de nylon. (cores textos e/ou artes a definir.) Tamanho: 0,80x1,20m	Unid.	40
13	Confecção de cartaz, com impressão digital, em lona de PVC Fosca, 340g/m² 300/500. (cores, tamanhos, textos e/ou artes a definir - EX: A0,A1,A2,A3, A4	M²	40
14	Confecção de cartaz, com impressão digital, em Papel Couché Brilho 150g/m² . (cores, textos e/ou artes a definir) Tamanho A1	Unid.	60
15	Substituição de texto e/ou arte em película refletiva Grau Tipo I Prismática ABNT - NBR 14644:2013 e Película Overlay de proteção em Placa de Sinalização Externa em chapa Galvanizada (cores, textos e/ou artes a definir.) Medida da Placa: 100x 80cm	Unid.	2
16	Substituição de texto e/ou arte em película refletiva Grau Tipo I Prismática ABNT - NBR 14644:2013 e Película Overlay de proteção em Placa de Sinalização Externa em chapa Galvanizada (cores, textos e/ou artes a definir.) Medida: 70x50cm	Unid.	2
17	Substituição de texto e/ou arte em película refletiva Grau Tipo I Prismática ABNT - NBR 14644:2013 e Película Overlay de proteção em Placa de Sinalização Externa em chapa Galvanizada (cores, textos e/ou artes a definir.) Medida: 80x60cm	Unid.	2
18	Substituição de texto e/ou arte em película refletiva Grau Tipo I Prismática ABNT - NBR 14644:2013 e Película Overlay de proteção em Placa de Sinalização Externa em chapa Galvanizada (cores, textos e/ou artes a definir.) Medida: 50x50cm	Unid.	2
19	Fornecimento de Placa de Sinalização Externa em chapa Galvanizada com poste, abraçadeira de suporte, impressão de texto e/ou arte em película refletiva Grau Engenharia Tipo I Prismática ABNT - NBR 14644:2013 e Película Overlay de proteção; (cores, textos e /ou artes a definir.) Medida: 100x 80cm	Unid.	2

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 55.402,24

8.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 55.402,24 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos e dois reais e vinte e quatro centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não Haverá.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A referida contratação foi registrada e programada no planejamento e gerenciamento de contratações de 2023 para o PCA 2024 em execução, conforme DFD nº 15/2023.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se com a contratação dos serviços obter-se mais eficiência e eficácia, segurança e conforto, diariamente, ao público em geral, que necessita de uma sinalização e orientação adequada para alcançar o seu destino no interior e exterior do edifício, bem como proporcionar maior segurança a própria Administração para evitar deficiência de gestão, por exemplo, em questões de segurança patrimonial, das pessoas e da informação.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não se Aplica.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Por se tratar de serviço em sua maioria de substituição de textos em adesivos e películas, acredita-se que não há impactos relevantes ao meio ambiente pois trata-se de serviços simples e sem grande complexidades.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Por se tratar de contratação de serviços, classificados como comuns, facilmente encontráveis no mercado, que poderá ser realizada por Dispensa Eletrônica, nos termos do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, em face do valor não ser elevado, s esta Equipe de Planejamento declara que a mesma é perfeitamente viável.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 485, DE 27 DE agosto DE 2024

### ANTONIELA BRAGGIO STAMM

Responsável pela contratação direta



*Assinou eletronicamente em 04/09/2024 às 15:52:06.*

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 485, DE 27 DE agosto DE 2024

### FERNANDO ZOBY DA VEIGA PESSOA

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 05/09/2024 às 12:03:04.*

Despacho: Portaria SPOA/SE/MME Nº 485, DE 27 DE agosto DE 2024

### JOELMA MENDES DE MELLO

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 05/09/2024 às 08:16:51.*